

## OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA: O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Cristina Carla Sacramento<sup>1</sup>  
Laerthe de Moraes Abreu Jr.<sup>2</sup>

---

### Resumo

Este trabalho pretende analisar numa perspectiva histórica as relações estabelecidas entre a diversidade etnicorracial brasileira e o tratamento didático-pedagógico da História e Cultura Afro-Brasileira em dois livros de História do Brasil da primeira metade do século XX, partindo do pressuposto de que esses materiais pedagógicos também exerceram no período pesquisado a função de transmitir valores e condutas desejáveis àquela sociedade. Ademais, tornou-se importante destacar as denúncias do movimento negro em relação à ausência de discussões nas instituições escolares sobre a temática afro-brasileira e a reprodução de preconceitos que contribuiriam para alienar os negros e ao mesmo tempo restringir seu acesso a bens materiais e culturais. Essa iniciativa culminou na implementação de políticas de ação afirmativa por parte do governo, cuja função é propiciar o reconhecimento e a valorização das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Os Negros no Brasil; Diversidade Etnicorracial; Prática Pedagógica; Políticas Afirmativas

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Rua Carmosina Antônia Davin, nº 07, Residencial Maquiné, São João del-Rei (MG) Brasil, CEP.:36.302-808. Telefone: (32) 3372-5607. E-mail: [criss-tina@hotmail.com](mailto:criss-tina@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Educação da Universidade, Federal de São João del-Rei (UFSJ). Praça Dom Helvécio, nº 74, Dom Bosco, São João del-Rei (MG) Brasil, CEP.:36.301-160. Telefone: (32) 3379-2400. E-mail: [laerthejr@yahoo.com.br](mailto:laerthejr@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar as relações estabelecidas entre a diversidade etnicorracial brasileira e o tratamento pedagógico da história e cultura afro-brasileira em dois livros de História do Brasil da primeira metade do século XX: *Nossa Patria* (1925) e *História do Brasil para crianças* (1946) tendo em vista as desigualdades e discriminações a que foram submetidos os negros no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência nas instituições escolares. Neste sentido, procuramos destacar os discursos empregados pelos autores para abordar a história dos negros e a cultura afro-brasileira.

A análise dos discursos sobre os negros em livros didáticos de História do Brasil mostrou-se pertinente uma vez que os mesmos, para além de material pedagógico, podem também ser considerados, na época pesquisada como um dispositivo que visava difundir uma ideia de nação e ao mesmo tempo despertar o amor e o respeito à Pátria. Segundo Choppin (2000, p.110), o livro escolar possibilita um “[...] processo de socialização, aculturação e doutrinação de novas gerações”. Isso implica dizer que através dos livros escolares, pretende-se também inculcar nos alunos tipos de comportamentos, condutas e valores considerados ideais e/ou essenciais numa dada sociedade.

Importante destacar que uma formação direcionada apenas pelos interesses e prerrogativas dos livros, somada à ausência de discussões nas escolas são fatores que podem colaborar para a reprodução de preconceitos arraigados socialmente e para relacionamentos conflituosos entre os diferentes sujeitos envolvidos no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2005; MUNANGA, 2005).

Segundo Munanga (2005, p.15) a atual realidade educacional brasileira aponta que alguns professores, ao longo de sua formação “[...] não receberam [...] o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas” impõem à sua prática. Esse despreparo, segundo o autor, compromete a função do professor, uma vez que ele, ao receber uma formação onde se priorizou aspectos culturais eurocêntricos, pode reproduzir, ainda que inconscientemente, uma série de preconceitos existentes na nossa sociedade.

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nessa mesma perspectiva, Cavalleiro (2005, p.11) afirma que “na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola.” Ao optarem por não abordarem essas relações, parece que os sujeitos envolvidos no ambiente escolar - com destaque aos professores – ignoram a situação desvantajosa dos negros, demonstrando a influência da democracia racial, ou seja, a crença frequentemente adotada de que no Brasil as relações raciais se dão de forma harmoniosa e democrática (GOMES, 2005b; MUNANGA, 2005).

Atento a esse problema, o movimento negro, pelo menos desde a segunda metade do século XX, denunciava que na instituição escolar havia uma reprodução de desigualdades manifestada ora pela presença inferiorizada do negro nos materiais didáticos ora pelo silenciamento da história africana e afro-brasileira. Essa constatação fez com que o movimento se mobilizasse continuamente a fim de reivindicar melhorias na educação, no que diz respeito à abordagem da temática afro-brasileira, a capacitação de professores e a revisão de materiais didáticos.

Desde então, algumas providências tomadas pelo governo brasileiro, aqui entendidas como políticas de ação afirmativa, têm sido de extrema importância na tentativa de propiciar o reconhecimento e a valorização das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira. Nesse sentido, enfatizamos a promulgação da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica e a criação de secretarias que visam implementar políticas educacionais que propiciem o respeito ao diferente, ao mesmo tempo em que promovem a igualdade etnicorracial. Essas atitudes governamentais, somadas ao comprometimento das instituições de ensino, têm a intenção de contribuir para amenizar os mais diversos tipos de discriminação, sejam eles etnicorraciais, de gênero ou religioso, propiciando a valorização das minorias e seu acesso aos bens que garantam a cidadania plena.

## **2 AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL BRASILEIRA**

A ausência de reflexão sobre as relações etnicorraciais no trabalho pedagógico pode desencadear uma relação conflituosa entre os diferentes sujeitos envolvidos no cotidiano escolar, chegando mesmo a interferir no processo de construção de suas identidades, uma vez que pode levar o indivíduo negro, a

auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública (CAVALLEIRO, 2005, p.12).

Para que as pessoas admitam a existência do problema racial, é importante que ele se torne assunto de discussão, caso contrário, pode prevalecer a ilusão de que no Brasil a cor dos sujeitos não tem nenhuma influência nas relações sociais estabelecidas, bem como na sua busca por ascensão social.

Esclarecedor a esse respeito é o trabalho de Silva & Hasenbalg (1992) voltado para o tema das relações raciais no Brasil no decorrer dos anos 80, com foco nos diversos aspectos que poderiam gerar desigualdades sociais. Segundo eles, o ritmo acelerado de industrialização e urbanização ocorridos de 1960 a 1980 alterou profundamente a estrutura social do Brasil. No entanto, ainda que essas mudanças tenham afetado positivamente a população, foi possível constatar que pretos e pardos (ou não-brancos) encontravam-se em flagrante desvantagem “em dimensões demográficas e sócio-econômicas de qualidade de vida tais como mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, oportunidades de mobilidade social, participação no mercado de trabalho e na distribuição de renda” (p.79).

Numa visão apressada sobre as transformações socioculturais em nosso país, poderíamos supor que as diferenças etnicorraciais estariam passando também por uma mudança, isto é, por uma maior aceitação dos negros na sociedade. No entanto, a discriminação prossegue: a cor ainda era um critério de seleção social e gerador de desigualdades sociais.

Os autores lançaram mão de dados oficiais que abordavam o nível de instrução alcançado pela população brasileira, segundo a cor, que apontavam a desigualdade de oportunidades

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

educacionais entre brancos e não-brancos. E a constatação foi a de que “pretos e pardos obtêm níveis de escolaridade consistentemente inferiores aos dos brancos de mesma origem social” (SILVA & HASENBALG, 1992, p.80).

Na década de 1980, o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apontava que o analfabetismo das pessoas de 15 a 64 anos era equivalente a 14,5% entre os brancos e 36,5% para pretos e pardos. Por outro lado, 4,2% de brancos e apenas 0,6% de não – brancos tinham concluído algum curso de nível superior, o que implica dizer que ao mesmo tempo em que a taxa de analfabetismo dos não-brancos era maior que a dos brancos, esses últimos possuíam muito mais possibilidades de ingressar e concluir cursos universitários (SILVA & HASENBALG, 1992).

No entanto, dados mais recentes demonstram que nos últimos anos, embora a escolaridade dos diversos grupos brasileiros tenha apresentado um aumento significativo, quando se comparam os dados, percebe-se que a desigualdade por cor ou raça ainda perdura: em 2009 “as taxas de analfabetismo para as pessoas de cor ou raça preta (13,3%) e parda (13,4%) eram mais que o dobro da taxa dos brancos (5,9%). [...] 62,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos cursavam o nível superior (adequado à idade), contra 28,2% de pretos e 31,8% de pardos” (IBGE, 2010)<sup>3</sup>.

Apesar da diferença da presença de negros nos bancos escolares, nunca é demais recordar que segundo Santos (2005, p.22), após a abolição, a educação formal representava uma estratégia de ascensão social muito valorizada pelos negros, pois entendiam que sem ela dificilmente poderiam “obter mobilidade vertical individualmente ou coletivamente.” Assim, apesar das dificuldades de acesso e permanência nas instituições de ensino, a escolarização, ainda hoje é escolhida pelos negros como uma forma de ocupação dos espaços sociais.

Durante pelo menos a segunda metade do século XX, a militância negra se manifestou de forma contundente em prol de mudanças na educação, pois estava convencida de que ainda que o ensino brasileiro oferecesse a qualificação que possibilitaria a ascensão social tão almejada pelos negros, ao mesmo tempo, ele transmitia em seu conteúdo escolar, elementos que favoreciam a

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1717&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1)>

Acesso dia 10 de novembro de 2012.

reprodução de desigualdades sociais. Em suma, o sistema educacional brasileiro viabilizava a reprodução do preconceito em relação aos negros através de seu programa de ensino. Tal postura é visível no militante Abdias do Nascimento, para quem,

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas, [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa. [...] Se consciência é memória e futuro, onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso (NASCIMENTO, 1978, apud SANTOS, 2005, p.23).

Por essa razão, os militantes negros começaram a reivindicar através de manifestações diversas<sup>4</sup> que a história africana e afro-brasileira fosse incluída nos currículos escolares de 1º, 2º e 3º graus; que os professores fossem devidamente capacitados para trabalhar com a temática e ao mesmo tempo identificar práticas discriminatórias e intervirem na solução das mesmas, assim como a monitoração dos materiais didático-pedagógicos para a seleção dos mais adequados ao combate contra o preconceito.

As práticas discriminatórias podem ser entendidas como consequências do racismo, que segundo Gomes (2005) é a crença na existência de raças humanas superiores e inferiores e que pode se manifestar de duas formas: na forma individual, através de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos e na forma institucional, em que o racismo,

[...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada” (GOMES, 2005, p.52-53).

<sup>4</sup> Dentre as várias manifestações realizadas por esses movimentos, podemos destacar o *I Congresso do Negro Brasileiro* (1950); a *Convenção Nacional do Negro pela Constituinte* (1986) e a *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida* (1995) (SANTOS, 2005).

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nesse processo de lutas e reivindicações, Santos (2005) ressalta que o governo brasileiro chegou a atender alguns pedidos do movimento negro. Na segunda metade da década de 1990, por exemplo, houve a revisão dos livros didáticos em que os negros eram retratados com características negativas e inferiorizadas. Para além desse fato, os movimentos negros conseguiram fazer com que a classe política alterasse, por meio de leis, o currículo de algumas instituições de ensino estaduais e municipais, ao incluírem disciplinas que abordassem a temática afro-brasileira.<sup>5</sup>

Essas ações não se limitaram às esferas municipal e estadual, uma vez que a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001 pode ser considerada um marco no avanço de reflexões e discussões no que diz respeito às relações raciais no Brasil e principalmente contra a discriminação racial direcionada à população negra (MEC/SECAD, 2006).

### 3 INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ETNICORRACIAL

Em 9 de janeiro de 2003, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei Federal nº 10.639<sup>6</sup>, de 9 de janeiro de 2003 que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” nas instituições públicas e particulares de ensino fundamental e médio<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Essas alterações ocorreram na Bahia (1989); em Belo Horizonte (1990); Porto Alegre (1991); Belém (1994); Aracaju (1994/1995); São Paulo (1996); Teresina (1998) e Brasília (1996) (SANTOS, 2005).

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> Acesso dia 29 de novembro de 2012.

<sup>7</sup> Convém ressaltar que em 10 de março de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.645, que alterou novamente a lei maior de educação no país, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso dia 29 de novembro de 2012.

Tais iniciativas por parte do governo parecem demonstrar o reconhecimento das discriminações a que estiveram sujeitos, principalmente, negros e indígenas na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que se pretende construir um sistema de ensino que reconheça as matrizes fundadoras da população brasileira. Segundo Munanga & Gomes (2006, p.18)

Para entender 'nossa' história e 'nossa' identidade é preciso começar pelo estudo de todas as suas matrizes culturais: indígena, européia, africana, árabe, judia e asiática. Infelizmente, não é isso que acontece na história do Brasil que foi ensinada tradicionalmente na escola e sistematizada pela historiografia oficial.

A Lei 10.639/2003 representa então, a possibilidade de se ampliar o foco dos currículos escolares, pois estes eram considerados um instrumento que privilegiava a história e cultura europeias. De acordo com Oliveira & Guimarães (2009, p.12),

O efeito esperado da Lei é o estabelecimento de uma visão de educação, defendida e reivindicada por educadores negros que situam o processo educacional como uma ferramenta de geração de cidadãos aptos a repelir qualquer ofensa e agressões raciais e ao mesmo tempo construir uma sociedade tolerante e oportuna a todos. Busca-se com essa Lei não só o conhecimento das manifestações histórico-culturais da população Afro-brasileira, como também a garantia de se esclarecer que podemos contar com políticas educacionais que vão de encontro ao preconceito e a outras formas de violência.

Após a Lei 10.639/2003, aprovou-se o Parecer CNE/CP 3/2004, cuja função foi instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e para a Educação das Relações Etnicorraciais. Em linhas gerais, essas diretrizes orientam as instituições de ensino a enfatizarem o processo educacional das relações entre os diferentes sujeitos, através da formação de professores, buscando desconstruir possíveis classificações e hierarquizações - decorrentes de diferenças raciais, culturais e sociais – pré - estabelecidas que frequentemente culminam na crença de superioridade e inferioridade entre os diversos grupos humanos (MEC/SECAD, 2006).

Nessa perspectiva, há que se considerar também a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, que enfatizou a raça como questão prioritária na criação de políticas públicas brasileiras e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>8</sup> pelo Ministério da Educação

---

<sup>8</sup> Disponível em:



OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

(MEC) no ano de 2004. O seu objetivo é colaborar com os sistemas de ensino no que diz respeito a implementar políticas educacionais que contemplem o respeito e a valorização da diversidade, a inclusão e a sustentabilidade. Nesse sentido, a secretaria não se limita à educação para relações etnicorraciais, mas abrange a educação quilombola, alfabetização e educação de jovens e adultos (EJA), educação do campo, educação em direitos humanos e educação especial.

A SECADI procura dar respostas à desigualdade educacional brasileira, considerando que a mesma resulta de uma série de problemas históricos que não receberam a devida importância por parte das políticas educacionais. Para isso, a secretaria dialoga constantemente com movimentos sociais que há muito demandavam o reconhecimento e a valorização da pluralidade social brasileira e de modo particular, a sua diversidade etnicorracial. Suas ações são desenvolvidas com vistas a re-significar e/ou reelaborar experiências pedagógicas nas instituições de ensino, para promover a cidadania de todo brasileiro. No que diz respeito à situação educacional dos negros, a secretaria reconhece que existe um paradoxo entre a suposta democracia racial existente no Brasil e a situação desigual de escolaridade entre estudantes negros e brancos (MEC, 2008).

A informação, assim como a capacitação constante, é algo indispensável na mudança de perspectiva que se pretende adotar no ensino brasileiro no que diz respeito à educação afro-brasileira. E por essa razão a SECADI possui algumas publicações, disponíveis no site do MEC<sup>9</sup> que foram produzidas mediante colaboração de vários pesquisadores comprometidos com a temática em questão:

- *História Geral da África* (8 volumes/Versão Mecdaisy<sup>10</sup>);
- *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação*

---

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290&Itemid=816](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816)> Acesso em 29 de novembro de 2012.

<sup>9</sup> Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13788%3Adiversidade-etnicorracial&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13788%3Adiversidade-etnicorracial&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913)> Acesso dia 18 de novembro de 2012.

<sup>10</sup> Versão Mecdaisy é uma solução tecnológica que permite produzir livros digitais falados que podem ser reproduzidos em áudio, desenvolvido em parceria com o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NCE/UFRJ. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>> Acesso dia 21 de novembro. A versão em PDF da coleção História Geral da África encontra-se no site da UNESCO, no seguinte endereço:

<[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese-1/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/)> Acesso dia 23 de novembro de 2012.

*das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*<sup>11</sup>;

- *Diversidade na Educação Reflexões e Experiências* (Coord. RAMOS, Marise N. et ali., 2003);
- *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (MEC/SECAD, 2004);
- *Superando o Racismo na Escola* (Org. MUNANGA, Kabengele, 2005);
- *Quilombos - Espaço de resistência de homens e mulheres negros* (Coord. SCHUMAHER, Shuma, 2005);
- *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* (MEC/SECAD, 2006);
- *Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003*, (MEC/SECAD, 2008);

Nessa perspectiva, é viável retomar a afirmação de Munanga & Gomes (2006) que ressaltam duas possibilidades de combater a discriminação e o preconceito: a primeira, via Legislação Penal com a criação de leis punitivas para atos discriminatórios e a segunda, através da implementação de políticas de ações afirmativas. Estas últimas podem ser consideradas como “políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade” (p.186). Sua prática implica no reconhecimento de que características inerentes ao sujeito, como cor e sexo, podem influenciar no seu desempenho social, quando colocado em situações seletivas. Logo, seu objetivo é fomentar a igualdade entre os diferentes sujeitos de formas diversas, tais como: concedendo bolsas de estudos, reservando cotas em universidades e/ou no mercado de trabalho<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Não foi possível encontrar a data dessa publicação.

<sup>12</sup> No Brasil, as cotas começaram a ser alvo de discussão a partir dos anos 2000 e são uma estratégia de ação afirmativa que expõem a existência de um processo histórico e estrutural que sistematicamente discriminou alguns grupos sociais brasileiros. A primeira instituição a adotá-la foi a Universidade de Brasília no ano de 2004 e desde então, numa situação que divide opiniões favoráveis e desfavoráveis, o sistema de cotas raciais já foi adotado em 129 instituições de ensino superior do país. Segundo informações da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/430462-ADOCADO-DE-COTAS-RACIAIS-CONTINUA-DIVIDINDO-OPINIOES.html> > Acesso dia 3 de dezembro de 2012.

Convém ressaltar outra iniciativa governamental realizada por meio da Lei nº 12.711/12 que instituiu a cota social, que reserva 50% das vagas de universidades federais para candidatos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas. A metade dessa cota (25%), deverá ser destinada aos alunos cuja renda familiar seja de até um

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No entanto, para que isso se torne possível, é de extrema importância que os professores busquem qualificação constante, para que obtenham êxito ao buscar desconstruir os estereótipos e preconceitos que norteiam a temática africana e assumam, portanto, uma nova postura. Com uma formação sólida no que diz respeito à diversidade etnicorracial brasileira, eles poderão ser capazes de abordar a temática sem incorrer no risco de reproduzir estereótipos relacionados ao grupo negro. Eles também poderão ter condições de se questionarem enquanto educadores diante de uma possível reprodução de estereótipos - seja através de suas atitudes, seja através do material didático-pedagógico que utilizam - e rever sua prática de modo a tentar promover novas relações etnicorraciais.

#### 4 OS DISCURSOS SOBRE OS NEGROS NO LIVRO ESCOLAR DE HISTÓRIA DO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A partir do que foi exposto, e refletindo sobre a educação brasileira numa perspectiva histórica, foi desenvolvida uma pesquisa cujo objetivo foi descrever e analisar os discursos sobre os negros nos livros didáticos de História do Brasil, cujo objetivo foi descrever e analisar os discursos sobre os negros na primeira metade do século XX.

Diante de livros que tiveram, ao longo da primeira metade do século XX, dezenas de reedições, o critério utilizado para a escolha foi motivado pela seguinte questão feita por Foucault (2010, p.8), que mesmo num contexto diferente, ajustava-se bem aos propósitos de investigação: “Mas afinal, onde está o perigo de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” A princípio, tal questionamento permite considerar que a permanência e a abrangência de um determinado discurso na sociedade podem fazer com que ele adquira um estatuto de ‘verdade’ mediante os sujeitos que compartilham sua perspectiva, o que pode

---

salário mínimo e meio por pessoa (o equivalente a R\$ 933). A Lei determina ainda que essas vagas deverão ser preenchidas de acordo com critérios raciais, ou seja, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, considerando-se a distribuição dessas populações no estado onde se localiza a Instituição de Ensino, de acordo com o último censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm).> Acesso dia 3 de dezembro de 2012.

influenciar no comportamento dos mesmos, uma vez que a prática do discurso está perpassada por relações de poder.

Torna-se necessário para a compreensão da análise pretendida, relacionar ainda algumas questões propostas por Foucault em torno da verdade e da produção de discursos. A verdade, para Foucault (2011) está intimamente ligada a mecanismos de poder, ou seja, ela seria definida por uma série de regras que teria por função estabelecer num dado momento, quais discursos são verdadeiros, atribuindo aos mesmos efeitos de poder. Assim, o autor ressalta que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2010, p.9).

Segundo Foucault (2011, p.12), “a verdade é desse mundo”, pois foi nele engendrada através de constantes relações de poder e saber. O autor afirma ainda que a “economia política” da verdade, em nossas sociedades possui cinco características importantes: a associação da verdade ao discurso científico de instituições autorizadas; a submissão da verdade à produção econômica e ao poder político; o fato de a mesma tornar-se objeto de grande difusão e consumo em aparelhos educacionais e de informação; sua produção está constantemente sob o controle de aparelhos políticos ou econômicos e é objeto de debates políticos e contendas sociais.

Dessa forma, o presente trabalho, partindo da já mencionada Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira, procurou entender os discursos sobre os negros nos livros escolares destinados ao ensino de História do Brasil na primeira metade do século XX. Partir de uma Lei recente para verificar o discurso sobre os negros nesse período compartilhou a perspectiva de Bloch (2001) que contrapõe os considerados “devotos do imediato” que dissociam o passado do presente, àqueles “exploradores das origens”, obcecados em explicar os acontecimentos mais recentes partindo dos mais distantes.

Bloch (2001, p.55) sugere uma “solidariedade das épocas” de modo que possam ser estabelecidos “vínculos de inteligibilidade” entre estes dois momentos. Para ele, o tempo histórico “[...] é por natureza, um *continuum*. É também, perpétua mudança”. Nesse sentido, o autor ressalta a impossibilidade e/ou inutilidade de se buscar a origem dos fenômenos e propõe

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

um recorte prudentemente regressivo que permita ao pesquisador explicar o fenômeno em seu momento histórico. Destaca ainda, que em alguns casos, “ocorre de [...] o conhecimento do presente ser diretamente mais importante para a compreensão do passado”. (Ibidem, p.66) Ou seja, a partir de acontecimentos do presente, o pesquisador pode formular questões relacionadas ao seu passado.

Nesse sentido, considerou-se importante remontar à primeira metade do século XX, para indagar num momento específico, como os negros eram descritos nos discursos veiculados em livros escolares de História do Brasil. Tal análise se mostrou pertinente haja vista que os livros escolares, geralmente são o material didático mais utilizado pelo professor e segundo Silva (2005, p.23) “[...] em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor”. E para este trabalho importou principalmente a perspectiva de autores que gozavam de legitimidade social, pelo fato de também pertencerem a instituições reconhecidas socialmente<sup>13</sup> em relação a esse grupo, que pode ter influenciado a visão de muitas gerações de professores e alunos, haja vista sua ampla permanência no mercado editorial e a autorização de uso concedida pela Comissão Nacional do Livro Didático<sup>14</sup>.

A partir destes critérios, foram selecionados dois exemplares destinados à educação primária: *Nossa Patria*: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas (José Francisco Rocha Pombo, 34ª ed., 1925) que obteve 88 edições e permaneceu por 53 anos no catálogo da Cia. Melhoramentos de São Paulo (1917- 1970) e *História do Brasil para crianças* (Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho, 13ª ed., 1946) que teve 28 edições e permaneceu no mercado por 50 anos (1934-1984).

<sup>13</sup> Rocha Pombo era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição criada em 1838 no Rio de Janeiro com vistas a consolidar uma história nacional oficial, recriando um passado homogêneo para o Brasil através da ordenação de “fatos”. Viriato Corrêa era membro da Academia Brasileira de Letras, uma instituição cultural criada em 1897 também no Rio de Janeiro com o objetivo de cultivar a língua e a literatura nacionais.

<sup>14</sup> A Comissão Nacional do Livro Didático foi instituída pelo Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de Dezembro de 1938, era constituída por 7 (sete) membros, designadas pelo Presidente da República, selecionadas pelo seu “notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” e tinha dentre outras funções, que examinar e julgar os livros publicados a fim de autorizar ou embargar seu uso nas instituições de ensino. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso dia 10 de dezembro 2012.

Inicialmente, foi realizada uma leitura cuidadosa do sumário de modo a identificar os tópicos diretamente relacionados aos negros, o que permitiu identificar os temas mais recorrentes nos livros, o modo como eles foram abordados e as permanências e rupturas presentes nas temáticas abordadas. Num segundo momento, após realizar a leitura dos livros e fazer um levantamento dos aspectos relacionados direta e indiretamente sobre os mesmos, foi possível estabelecer algumas relações entre eles.

Em ambos os livros, os autores se utilizam de três a seis páginas no máximo para explorar um determinado assunto. E considerando essa proporção, o livro *Nossa Patria* possui 164 páginas, está organizado em 61 capítulos, e o autor trata da temática africana e afro-brasileira em 10 páginas (4,40%). O livro *História do Brasil para crianças*, possui 227 páginas, 59 capítulos e igualmente destina dez páginas para abordar a temática africana e afro-brasileira, o que corresponde também a 4,40% do total das páginas do livro.

De posse dessas informações, foi possível de imediato, mapear três categorias muito semelhantes nos dois livros: 1) os negros ou africanos; 2) os quilombos e 3) a abolição. A seguir, serão abordados de forma sucinta, os aspectos considerados essenciais em cada um desses capítulos de modo a tentar analisar os discursos dos autores.

#### 4.1 Quem são os negros que viviam no Brasil?

Uma primeira perspectiva que aparece em ambos os autores é aquela que apresenta os negros como aqueles que foram durante séculos, arrancados de seu continente de origem para servirem de mão-de-obra escrava no Brasil e em outros países do mundo. Pombo (1925) os define como homens selvagens que já estavam submetidos em seu continente de origem à crueldade de reis que tinham por hábito, vendê-los como gado. E nesse sentido, a vinda para o Brasil, ainda que na condição de escravos, possibilitaria aos seus descendentes uma vida melhor, se comparada àqueles que permaneceram na África. Corrêa (1946) ressalta ainda que era vantajoso utilizar os africanos como escravos nas lavouras brasileiras tendo em vista que eram pacíficos e obedientes, ao contrário dos índios que sempre se mostraram rebeldes.

Os negros também são abordados como aqueles que contribuíram com o progresso do país e com a sua formação sócio-cultural, através da culinária e das festas típicas. Corrêa (1946,

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

p.167) afirma que “a cozinha brasileira [...] é um produto das três raças que nos formaram. Salta aos olhos a influência de cada uma delas. A cozinha portuguesa destaca-se pelas gorduras; a africana pelos azeites esquisitos e pelos apimentados e a selvagem, pelos caldos excitantes e perigosos para a saúde”. O autor ainda aborda também a influência africana nas festas brasileiras, onde “figuravam [...] várias danças e entre elas o *sapateado* e o *côco* de origem indígena, o *fandango* e a *caninha verde* de origem portuguesa, e a *congada* e o *tambor* genuinamente africanas” (CORRÊA, 1946, p.159).

Embora os aspectos apresentados digam respeito à cultura brasileira, convém ressaltar que os negros também foram apontados como aqueles que contribuíram na formação do caráter povo brasileiro, pois segundo Pombo (1925, p.35)

a população do Brasil se formou dessas três raças[...]: os índios, que já estavam aqui; os africanos, que vieram como escravos; e os europeus, que tomaram conta do país. Por isso, o brasileiro tem as qualidades mais notáveis dessas três raças: - é ativo, amoroso e inteligente.

No discurso do autor, destaca-se a amorosidade do negro na composição das características marcantes do povo brasileiro, mas é evidente a aceitação de sua inferioridade em relação ao grupo branco, que além de tomar conta do país, dotou o brasileiro com a sua inteligência.

Por outro lado, a respeito da definição dos negros nos livros escolares, os dois autores utilizaram enunciados que se relacionavam com a origem dos mesmos, sua condição de escravos e o sentimento dessa situação na formação do povo brasileiro. Esses enunciados de modo geral variavam dependendo da circunstância, mas mantiveram como característica comum o fato de se remeterem os negros a uma categoria a parte, como um grupo diferenciado; ou seja, se os negros participaram das ditas qualidades mais notáveis da população brasileira, quando são abordados especificamente nos discursos dos livros eles não parecem pertencer verdadeiramente a esse povo.

Nesse sentido, é importante destacar no Quadro 1 alguns enunciados utilizados pelos autores que remete a definição de quem à o negro:

**Quadro 1- Enunciados utilizados pelos autores para definir os negros nos livros escolares**

| <b>Definição para os negros – <i>Nossa Pátria</i></b> | <b>Definição para os negros – <i>História do Brasil para crianças</i></b> |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| Gente da África                                       | Escravo africano                                                          |
| Esta gente                                            | Negro da África                                                           |
| Africanos                                             | Negro                                                                     |
| A raça                                                | Escravos negros                                                           |
| Descendentes daqueles pobres escravos                 | Pobres desgraçados                                                        |
| Escravidão                                            | Infelizes                                                                 |
| Escravos / Escravas                                   | Pobre gente                                                               |
| Rapazes / Raparigas                                   | Criaturas humanas                                                         |
| Irmãos de raça e de sina                              | Negros de Palmares                                                        |
| Pobres criaturas                                      | Negros Palmaresenses                                                      |
| Miseros                                               | Vítimas                                                                   |
| Fugitivos / Negros fugidos                            | Escravos                                                                  |
|                                                       | Nossos irmãos negros                                                      |

Fonte: (POMBO, 1925; CORRÊA, 1946).

Conforme pode ser observado, os enunciados que dizem respeito aos negros, com poucas exceções, remetem à situação escravocrata associada a uma situação de miséria, infelicidade e exploração, da qual eles só se livrariam através da fuga para os quilombos, como será visto a seguir.

#### 4.2 A visão sobre os quilombos

No que diz respeito aos quilombos, parece haver um consenso entre os dois autores, quando dizem que ele se configurou como o refúgio daqueles escravos que estavam “cançados de seu infortúnio”, não suportavam a dura rotina de trabalho e o tratamento desumano de alguns senhores – já que segundo Rocha Pombo nem todos eram maus (POMBO, 1925, p.56).

No entanto, a divergência aparece quando os autores procuram descrever a estrutura dos quilombos. Pombo (1925) afirma que em Palmares, o mais famoso dos quilombos, os escravos



passaram a viver como viviam inicialmente no continente africano, reiterando o aspecto de selvageria já mencionado anteriormente, colocando em perigo os colonos das imediações.

Já Corrêa (1946) o definiu como sendo “uma verdadeira nação dentro do Brasil”, um lugar onde “havia disciplina, leis, ordem. Havia fortificações, havia exército” (p.112) cujo sustento dos habitantes era obtido via cultivo da terra. Foi possível perceber ainda que Viriato Corrêa enfatizou a figura de Zumbi num perfil muito próximo daquele apresentado pela historiografia atual, que trata esse personagem como um símbolo da luta negra contra a opressão.

Podemos levar em consideração também que a diferença entre os anos em que os livros foram publicados (1925 -1946) pode ter influenciado as diferentes abordagens adotadas pelos autores, fazendo com que as informações trazidas se alterassem substancialmente. Se num primeiro momento, a vida no quilombo era entendida como um retorno à selvageria a que supostamente os negros estiveram submetidos no continente africano, por outro lado, foi possível considerar a sobrevivência civilizada e a capacidade de organização de seus habitantes, que convém ressaltar, não se limitavam aos escravos e sim a todos os homens oprimidos, tais como escravos alforriados, indígenas e brancos marginalizados que viviam nas redondezas.

### **4.3 A abolição da escravatura**

No que diz respeito à abolição, percebemos que a liberdade dos negros escravos era para ambos os autores, algo extremamente necessário, vista como uma das maiores reformas que ocorreu no Brasil e por essa razão, um grande passo para tornar os brasileiros iguais. Nesse sentido, Rocha Pombo disse que a escravidão era um peso a ser retirado da alma dos brasileiros, ao passo que Viriato Corrêa a considerou uma prática que envergonhava o Brasil, uma mancha sobre os brasileiros.

Pombo (1925, p.33) afirmou que “a escravidão passou, e para sempre. Hoje, somos todos como irmãos”, atribuindo à Lei Áurea a capacidade de tornar os ex-escravos iguais a todos os brasileiros e favorecer uma convivência harmoniosa. Enquanto Corrêa (1946) parecia acreditar na igualdade natural entre os homens e utilizou desse argumento para questionar a escravidão. Para o autor, a exploração era vista como algo inaceitável, que deveria ser imediatamente suprimida

do país, pois “ninguém tem o direito de subjugar o seu semelhante, nem tem o direito de explorar o trabalho alheio” (CORRÊA, 1946, p.216). Por essa razão, considera que “o dia 13 de maio, data em que a princesa assinou a grande lei da abolição, foi o mais bonito dia de festa que já houve no Rio de Janeiro. [...] A cidade inteira veio para a rua festejar a liberdade dos nossos irmãos negros” (CORRÊA, 1946, p.217).

É importante observar que ambos os autores utilizam o enunciado irmãos para se referir aos ex-escravos. Com isso eles parecem querer convencer seus leitores de que a condição de livres favoreceu a integração dos negros no seio da população. Com isso, consideram que antes da abolição, os escravos eram uma categoria apartada dos outros homens que conviviam na sociedade brasileira, mas a partir do momento em que se tornaram livres, ascenderam à condição de homens e conseqüentemente irmãos dos brasileiros.

Foi possível perceber que apesar de os autores privilegiarem de alguma forma as contribuições dos negros na constituição da cultura e do povo brasileiro e do progresso do país, ainda assim, prevalece a imagem do escravo<sup>15</sup>, os relatos do tráfico negreiro, da dura rotina do trabalho desempenhado por eles e dos castigos sofridos, sem muita referência ao passado livre em seu continente de origem.

Deve-se destacar também que embora a escravidão tenha que ser relatada, uma vez que foi por meio dela que se introduziu a população negra no nosso país, a perspectiva adotada pode limitar a população negra a um papel secundário na sociedade brasileira. Nesse sentido, Lima (2005, p.103) é enfático ao afirmar que

[...] Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa imagem, especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real.

---

<sup>15</sup> *Nossa Patria*, possui 151 figuras, mas pelo fato de 4 delas encontrarem-se recortadas no exemplar consultado, os cálculos foram realizados considerando apenas as figuras que constam no livro. Sendo assim, das 147 imagens válidas, os negros são abordados em 27 (18,36%). Dessas 27 figuras, 14 (51,85%) eles estão realizando algum tipo de trabalho. O livro *História do Brasil para crianças*, por sua vez, possui 59 figuras, sendo 9 (15,25%) destinadas a retratar os negros que se encontram desempenhando alguma atividade em 4 delas, ou seja, em 44,44% das imagens em que eles aparecem.

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nesse caso em particular, tal abordagem nos livros escolares utilizados nas instituições de ensino pode inclinar os alunos a pensarem que os negros nasceram escravos sem nenhuma história anterior. Daí a importância de políticas sensíveis e contrárias a essas abordagens que se limitam a repetir o que está posto, sem preocupações com os efeitos negativos que as mesmas possam causar na formação dos sujeitos e nas relações sociais estabelecidas ao longo de sua formação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer dois autores de livros escolares publicados na primeira metade do século XX para a discussão de uma temática que está em voga no presente, tivemos a intenção de colocar a questão da formação escolar como fundamental na produção de imagens e conceitos que parecem se perpetuar por muitas décadas. Sendo dois autores respeitados e utilizados largamente nas escolas, por certo influenciaram e marcaram muitos brasileiros de diversas gerações.

A análise dos livros permitiu considerar que os autores apresentam informações por muitas vezes semelhantes em relação à temática africana e afro-brasileira, o que pode apontar para a permanência de um discurso reconhecido como verdadeiro dentro de um campo do saber. Por outro lado, os contrastes observados em alguns momentos, demonstram que nenhum discurso está fadado a perpetuar-se, uma vez que os objetos dos quais falamos frequentemente são construções histórico-sociais e por essa razão podem alterar-se indefinidamente. Nesse sentido, se o discurso veiculado sobre os negros ao longo da história apresentavam homens selvagens, inferiores e sem cultura, é possível acreditar que esses discursos possam ser reelaborados de modo a desconstruir esses aspectos negativos e apresentar novas abordagens a respeito.

Assim, chamamos a atenção para que a nova perspectiva trazida a partir da Lei nº 10.639/2003 esteja atenta também a concepção que se espraia pela sociedade através de meios culturais e escolares, que por vezes só a implementação constitucional legal por si pode não dar conta de modificar visões preconceituosas.

Consideramos que houve o reconhecimento por parte do governo das desigualdades sofridas pelos negros no Brasil ao longo da história, desencadeados em alguma medida pelos discursos negativos relacionados a eles não apenas nos espaços educativos. E nesse sentido, podemos afirmar que está havendo diversas mobilizações de modo a colaborar com uma nova perspectiva de abordagem em relação à temática afro-brasileira e conseqüentemente a tentativa de formação de novas consciências no que se refere ao reconhecimento e ao respeito da pluralidade etnicorracial brasileira.

---

**THE NEGROES, ETHNIC-RACIAL DIVERSITY AND SCHOOL: THE DIDACTIC-PEDAGOGIC TREATMENT OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE IN TWO BOOKS OF HISTORY OF BRAZIL IN THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY**

**Abstract**

This study aims to examine, from a historical perspective, the relations between ethnic-racial diversity in Brazil and didactic-pedagogic treatment of Afro-Brazilian history and culture in two books, concerning History Brazil, issued in the first half of the twentieth century, assuming that these teaching materials also exercised in that period the function of transmitting values and behaviors desirable to that society. Moreover, it is important to highlight the complaints of the black movement in relation to the absence of school discussions about the African-Brazilian question and the reproduction of prejudices that contribute to alienate black people while restricting their access to material and cultural goods. This initiative culminated in the implementation of affirmative action policies by the government, in order to promote the recognition and appreciation of the many ethnic groups that make up Brazilian society.

**Keywords:** Negroes in Brazil; Ethnic and Racial Diversity; Pedagogical Practice; Affirmative Policies

---

**LOS NEGROS, LA DIVERSIDAD ETNICORRACIAL Y LA ESCUELA: EL TRATAMIENTO DIDÁCTICO-PEDAGÓGICO DE LA HISTORIA Y LA CULTURA**

## AFRO-BRASILEÑA EN DOS LIBROS DE HISTORIA DEL BRASIL EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX

### Resumen

Este estudio tiene por objeto analizar desde una perspectiva histórica las relaciones que se establecen entre la diversidad etnicorracial brasileña y el tratamiento didáctico-pedagógico de la Cultura Afro-Brasileña en dos libros de Historia del Brasil en la primera mitad del siglo XX. La investigación supone que, en el período relevado, estos materiales didácticos también ejercieron la función de transmitir valores y conductas deseables a aquella sociedad. Además, se convirtió importante tener en cuenta las denuncias del movimiento negro en relación con la ausencia de debates en la institución escolar sobre el tema afro-brasileña, más allá la reproducción de los prejuicios que contribuyen a alejar a los negros, mientras se restringe el acceso a los bienes y materiales culturales. Esa iniciativa culminó con la implementación de políticas de acción afirmativa por el gobierno central, cuya función es proponer el reconocimiento y la apreciación de la diversidad étnica que compone la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** Los negros en Brasil; Diversidad Etnicorracial; Práctica Pedagógica; Políticas de Acción Afirmativa

---

### REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc L. B. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.51-68.

MEC/SECAD. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006, p. 227-258.

0

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: SECAD - Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.11-18.

SACRAMENTO, C. C.; JUNIOR, L. M. A.

CHOPPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). **La cultura escolar de Europa: Tendencias históricas e emergentes**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, p.107-166.

CORRÊA, Viriato. **História do Brasil para crianças**. Editora Nacional: São Paulo, 13ª ed., 1946.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SECAD - Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a, p.133-166.

\_\_\_\_\_. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC, 2005b, p. 143-154.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: Um Breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC, 2005, 101-115.

MEC. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003**. MEC/MJ/SEPPPIR, 2008. Disponível em:

<[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CD0QFjAD&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D1851%26Itemid%26ei=1hC4UKWrIJS8gSB7oHQA&usq=AFQjCNEBdfhmDU8E5b04VYCdjHWPXW4K-A](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CD0QFjAD&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1851%26Itemid%26ei=1hC4UKWrIJS8gSB7oHQA&usq=AFQjCNEBdfhmDU8E5b04VYCdjHWPXW4K-A)> Acesso dia 18 de novembro de 2012.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, José Luiz de; GUIMARÃES, Maria Lúcia Monteiro. **Introdução conceitual para educação em relações Étnico-raciais**. – São João del-Rei, MG: UFSJ/MEC / SECAD / UAB, 2009.

POMBO, Rocha. **Nossa Patria: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas**. Editora Melhoramentos: São Paulo, 34ª ed., 1925.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº. 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: **Educação anti-racista; caminhos abertos pela Lei Federal**

OS NEGROS, A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E A ESCOLA. O TRATAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM DOIS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

nº. 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.21-35.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005. p.21-37.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A.. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,: IUPERJ, 1992.

Data de recebimento. 24/12/2012

Data de aceite. 07/03/2013